

**RE nos EDcl no AgRg no RCD na PET no HABEAS CORPUS Nº 449.842 - SP  
(2018/0112424-2)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**RECORRIDO : ALEXANDRE OLIVEIRA ROCHA (PRESO)**  
**ADVOGADO : LUIZ FLAVIO BORGES D'URSO - SP069991**

**EMENTA**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PENAL.  
PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA.  
TERMO INICIAL. REPERCUSSÃO GERAL  
RECONHECIDA. **TEMA 788/STF.** RECURSO  
EXTRAORDINÁRIO SOBRESTADO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso extraordinário interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 333):

AGRAVO REGIMENTAL. *HABEAS CORPUS*. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. TERMO INICIAL. DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA PARA A ACUSAÇÃO. TRANSCURSO DE LAPSO SUPERIOR A 8 (OITO) ANOS ATÉ O INÍCIO DO CUMPRIMENTO DA PENA IMPOSTA AO PACIENTE. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. EXTENSÃO DOS EFEITOS À CORRÊ EM SITUAÇÃO IDÊNTICA. DESPROVIMENTO DO RECLAMO.

1. De acordo com a literalidade do artigo 112, inciso I, do Código Penal, o termo inicial da contagem do prazo prescricional da pretensão executória é o trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação. Precedentes do STJ.

2. Na espécie, transcorridos mais de 8 (oito) anos entre o trânsito em julgado da condenação para o Ministério Público, que se deu aos 10.4.2006, e o início do cumprimento das sanções impostas ao paciente, no dia 5.12.2017, extinguiu-se a sua punibilidade pela prescrição da pretensão executória, observados os seus efeitos legais.

3. A interessada encontra-se em situação jurídico processual ainda mais favorável que a do paciente, pois foi condenada - já excluído o acréscimo decorrente da continuidade delitiva - às penas de 2 (dois) anos e 10 (dez) dias para o crime de estelionato, e 2 (dois) anos e 8 (oito) meses de reclusão no tocante à evasão de divisas, estando o processo sobrestado desde **9.4.2018** aguardando o cumprimento de mandado de prisão contra ela expedido, o que enseja a extinção da sua punibilidade pela prescrição da pretensão executória.

4. Agravo regimental desprovido.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 363/367), sustenta o recorrente

que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve contrariedade ao disposto no art. 5º, incisos LIV e LVII, da Constituição Federal.

Assinala que o marco inicial para cômputo da prescrição da pretensão executória, na hipótese em exame, somente surge com o trânsito em julgado definitivo, quando nasce o direito de o Estado exigir o efeito principal da condenação penal.

Requer, ao final, o provimento do recurso extraordinário e a reforma da decisão recorrida para o fim de afastar a prescrição da pretensão executória.

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 376/392.

É o relatório.

**Decido.**

**O recurso deve ser sobrestado.**

O acórdão recorrido firmou-se no sentido de que o termo inicial da contagem do prazo da prescrição executória é a data do trânsito em julgado para a acusação, e não para ambas as partes, prevalecendo a interpretação literal do artigo 112, inciso I, do Código Penal, que é mais benéfica ao condenado.

O Supremo Tribunal Federal, por sua vez, reconheceu a repercussão geral da matéria no ARE-RG n.º 848.107 (Tema 788), julgado assim ementado:

CONSTITUCIONAL. PENAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. TERMO INICIAL PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO NA MODALIDADE EXECUTÓRIA. TRÂNSITO EM JULGADO SOMENTE PARA A ACUSAÇÃO. ARTIGO 112, INCISO I, DO CÓDIGO PENAL. NECESSIDADE DE HARMONIZAÇÃO DO REFERIDO INSTITUTO PENAL COM O ORDENAMENTO JURÍDICO CONSTITUCIONAL VIGENTE, DIANTE DOS POSTULADOS DA ESTRITA LEGALIDADE E DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA (CF, ART. 5º, INCISOS II E LVII). QUESTÃO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. MATÉRIA PASSÍVEL DE REPETIÇÃO EM INÚMEROS PROCESSOS, A REPERCUTIR NA ESFERA DO INTERESSE PÚBLICO. TEMA COM REPERCUSSÃO GERAL.

(ARE 848.107 RG, Relator Min. DIAS TOFFOLI, julgado em 11/12/2014, processo eletrônico DJe-033, divulgado em 19/2/2015, publicado em 20/2/2015.)

E, estando ainda o mérito do aludido Agravo em Recurso Extraordinário pendente de julgamento perante o Excelso Pretório, impõe-se o sobrestamento deste recurso.

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil, **determino o sobrestamento** deste recurso extraordinário até a publicação da decisão de mérito a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal a respeito do **Tema 788/STF**.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
Vice-Presidente